

Constituinte debate, briga, negocia e até ri

No segundo dia de funcionamento das Comissões Temáticas só não houve mesmo deliberações

Reuniões sem quorum, discussões sonolentas, denúncias hilariantes como a do deputado João de Deus (PDT-RS), para quem Deus pode castigar o país, e rivalidades regionais, como a existente entre José Serra e Fernando Gasparian, os dois paulistas do PMDB, marcaram as reuniões das comissões temáticas da Assembléia Nacional Constituinte ontem.

Os parlamentares começaram a discutir as emendas e os relatórios das subcomissões mas nenhuma decisão foi adotada. Parece haver um consenso na Comissão da Ordem Social quanto à estabilidade do emprego, enquanto a mecânica de funcionamento do neoparlamentarismo proposto pelo senador José Fogaça, na Comissão de Organização dos Poderes, continua gerando polêmica.

EUGENIO NOVAES



Egidio Ferreira Lima, ao lado de Oscar Corrêa, ainda não se definiu sobre os militares

Comissão da Ordem Econômica

Irapuan defende novos critérios para empresas

O senador Irapuan Costa Junior (PMDB-GO), um dos oito do partido que votou contra a manutenção do monopólio estatal do petróleo, garantiu ontem que o critério para a criação de empresa nacional será ampliada na Comissão da Ordem Econômica. Disse que a proposta a ser apresentada pelo grupo dos "antiestatizantes" sugere a definição de três tipos de empresa: a exclusivamente nacional; a nacional com participação de capital estrangeiro; e a exclusivamente estrangeira.

Como membro efetivo da Subcomissão de Princípios Gerais e Intervenção do Estado na Economia, favorável a que empresa nacional é aquela constituída pelas leis brasileiras e com sede no País, o senador goiano disse que a tendência da maioria é buscar uma fórmula consensual no decorrer dos trabalhos da Comissão da Ordem Econômica. No entanto, disse que o pensamento da maioria continua sendo o mesmo em relação ao papel que o Estado deve ter na atividade econômica. Disse que o Poder Público deve agir apenas em caráter supletivo, deixando a livre iniciativa competir sem interferências.

O deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ), também da Comissão da Ordem Econômica, assegurou que se os constituintes não buscarem aproximar suas posições, a nova Constituição não terá legitimidade. Frisou que essa falta de legitimidade resultará numa crise de instabi-

lidade política, porque os constituintes que estão escrevendo a nova Carta não estão representando verdadeiramente os interesses do povo.

Palmeira acredita que o grupo conservador que obteve vitórias nas subcomissões de Reforma Agrária e de Princípios está com uma visão apenas tática, de curto prazo.

A Comissão da Ordem Econômica não está obtendo quorum suficiente para iniciar os debates a respeito dos projetos aprovados nas três subcomissões temáticas. Dos 63 membros efetivos, apenas quinze têm comparecido à convocação do presidente, deputado José Lins (PFL-CE). Na visão de alguns constituintes, a estratégia de "esvaziamento" da comissão é a mesma verificada na Subcomissão de Princípios Gerais, que só teve quorum na sessão de votação.

Na opinião do presidente da comissão, a falta de quorum é justificada pela inversão dos trabalhos. Os constituintes aguardam, agora, a apresentação do anteprojeto preliminar do relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP), para em seguida, iniciarem os debates. Ele não acredita que o esvaziamento da comissão seja estratégia, como aconteceu na Subcomissão de Princípios Gerais. Das seis reuniões, sem quorum, o relator, deputado Virgildásio de Senna, preparou um anteprojeto que foi rejeitado pela maioria dos constituintes.

Comissão da Organização dos Poderes

Fogaça insiste no poder de veto aos militares

A primeira emenda encaminhada à Comissão de Organização dos Poderes propõe a supressão do dispositivo mais polêmico aprovado pela Subcomissão do Poder Executivo: o que isenta os ministros militares e o chefe do Gabinete Civil, no sistema neoparlamentarista, do voto de censura do Congresso.

A proposta é subscrita pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), que foi relator da matéria na subcomissão e terminou derrotado pela maioria governista do órgão nesta questão específica. Em sua justificativa, ele considera "inconcebível e absurdo" o privilégio concedido a determinados ministros, apontando o dispositivo como um retrocesso em relação aos próprios períodos autoritários.

Para o relator-geral Egidio Ferreira Lima, embora afirme que ainda não tem opinião definitiva a respeito do assunto, o tratamento proposto para os

ministros militares não parece compatível com o regime parlamentarista, onde todo o Governo deve ficar condicionado ao julgamento do Congresso. Já o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) aposta que o dispositivo cairá na comissão temática, revelando que foi procurado pelas forças governistas para uma composição, na própria madrugada em que a Subcomissão do Poder Executivo aprovou a matéria.

EMENDAS

Numa decisão "informal", já que contraria o próprio Regimento da Constituinte, a Comissão de Organização dos Poderes aprovou ontem a abertura por proposta de Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), entre os dias 9 e 10 de junho, de um novo prazo para apresentação de emendas. A essa altura, os membros do órgão já conhecerão o substitutivo do relator e poderão alterá-lo livremente.

Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher

Reunião decide apenas resumir os anteprojetos

O relator e o presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, respectivamente o senador José Paulo Bisol (PMDB-RS) e o deputado Mário Assad (PFL-MG), decidiram ontem, em conjunto com parcela dos membros da Comissão, realizar um resumo unificado dos anteprojetos elaborados pelas três subcomissões, para somente depois intensificar os debates em torno das idéias neles contidas e discutir emendas que serão apresentadas. Ontem mesmo José Paulo Bisol e três assessores da comissão começaram a trabalhar no Projeto, para que o resumo fique pronto nas próximas horas.

Com isso será possível os constituintes terem uma idéia

mais clara de que propõem os anteprojetos e, conseqüentemente, ficará mais fácil emendá-los. Como os três trabalhos foram realizados independentemente, muitas das idéias contidas em um podem ser encontradas em outro, inclusive com sugestões contrárias ou conflitantes, o que dificulta o trabalho da comissão. Segundo o presidente, Mário Assad, o que o relator pretende fazer é enxugar os trabalhos, dando seu toque pessoal. "Mas as emendas serão apresentadas aos três anteprojetos das subcomissões, que é o que está previsto no Regimento".

As duas reuniões da comissão realizadas ontem foram vítimas da falta de quorum e de ob-

Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

João de Deus adverte: "Brasil repete Sodoma"

Sob o pretexto de que Deus pode amaldiçoar o Brasil, a exemplo do que conta a história bíblica a respeito de Sodoma e Gomorra, o deputado João de Deus (PDT-RS), 44 anos, 3 filhos, ex-delegado de polícia e pastor protestante, defendeu ontem a manutenção não só da censura no País bem como uma rigidez maior de critérios, sob pena da permissividade invadir os lares brasileiros.

Membro da Comissão da Família, o pedetista gaúcho acabou provocando risos discretos e olhares assustados de seus colegas, ao advertir que se o artigo 23, parágrafo 1º do parecer do senador João Calmon, na Subcomissão da Educação, não sofrer severas alterações, logo, logo, teremos oportunida-

de ver os jovens praticando sexo ao ar livre. Ou, ainda, homossexuais assumindo postos de comando importantes, como acontece na Suécia.

O deputado João de Deus condenou a licenciosidade da censura, que admite peças teatrais com masturbação na plateia. E aconselhou os demais constituintes — que não conseguiram disfarçar o riso — a respeitar seus sentimentos, pois queria na verdade evitar que, no futuro, haja homossexuais em cargos de destaque no comando do País.

Ele reclama que ao artigo 23, parágrafo 1º em que diz "não haverá censura de qualquer espécie sobre livros, jornais, revistas e outros periódicos, cinema, peças teatrais e qualquer

tipo de espetáculo cultural ou diversões públicas", deverá ser acrescentada a seguinte emenda: "Salvo aquele que vise atender a formação do menor, os valores familiares, religiosos, éticos e a ordem constituída".

Se se der liberdade — prevê João de Deus — vamos encontrar jovens drogados fazendo sexo na praça dos Três Poderes como programa cultural.

O deputado reclama também da redação do artigo que fala na criação de um conselho de ética na comunidade para classificar apenas literatura tipicamente infantil e acompanhar as programações das empresas de comunicação. E indaga: "Quem vai ser indicado, Ruth Escobar, Gilberto Gil?"

Na sua opinião, uma sociedade licenciosa não pode ter assento no conselho. Está certo



João Calmon

Comissão da Ordem Social

Estabilidade tem apoio de todos

Dos 17 constituintes que se inscreveram para discutir o anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, nove abordaram a questão da estabilidade de emprego, mas nenhum foi contra. Não houve debate sobre a proposta de direito de greve. Com relação à redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais a proposta é consensual.

Na avaliação feita ontem pelo relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel, este quadro faz prever que não haverá confronto na comissão. Na questão da estabilidade, por exemplo, considerada bastante polêmica, o que se viu na reunião ontem foi a preocupação de alguns constituintes de como será esta estabilidade, mas mesmo os empresários concordam com o princípio de que ela deve ser assegurada aos trabalhadores. A discussão maior é se o empregado terá estabilidade a partir da admissão ou não.

Sé não fosse a presença do deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), que apareceu na comissão e tanto criticou como condenou todas as propostas mais polêmicas, a reunião para discussão do anteprojeto teria sido tranquila e sem confrontos. Mas como o deputado não pertence à Comissão da Ordem Social, o relator acredita que o confronto não existirá no momento da votação.

Para o senador Almir Gabriel, a maioria das pessoas que compõe a comissão a procurou levada por uma preocupação com o social. Há, segundo ele, pessoas que, por um princípio filosófico e não ideológico, também defendem uma melhor remuneração para o trabalhador. Ele, como relator, diz que irá defender os princípios do PMDB: remuneração justa do

trabalho e preocupação com a segurança social.

A situação dos servidores que ingressaram sem curso no Serviço Público foi uma das preocupações levantadas pelos constituintes. O deputado Eduardo Jorge (PT/SP) propôs ao relator que acrescentasse um parágrafo nas Disposições Transitórias a respeito do assunto. A sua sugestão é de que todos os servidores não concursados e que estão trabalhando há 10 anos sejam efetivados. Isto porque, segundo ele, será necessário regularizar a situação deste pessoal já que a partir da

nova Constituição ninguém mais ingressará no Serviço Público sem concurso.

A Comissão da Ordem Social tem trabalhado em ritmo acelerado para conseguir cumprir os prazos regimentais sem prejudicar o descanso dos constituintes no final de semana. Ontem à noite discutiu-se o anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Hoje não haverá reunião e para segunda-feira restará apenas a apreciação do anteprojeto da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias.

Empresário: "E loucura"

Isso é engodo, uma loucura. É a consolidação da miséria no País". Foi com este discurso que o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), empresário da construção civil, desafiou os integrantes da Comissão da Ordem Social, composta em sua maioria por sindicalistas, para condenar propostas como a estabilidade de emprego e redução da jornada de trabalho. "É só o trabalho que constrói", dizia ele, ouvido atentamente pelo sindicalista Paulo Palm (PT-RS).

O deputado Luiz Roberto Ponte não faz parte da Comissão da Ordem Social, mas se dirigiu até lá na noite da última quarta-feira quando se discutia o anteprojeto apresentado pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. "Eu fui e vou voltar lá para reclamar porque isso é loucura", afirmava ele ontem, dizendo ain-

da que irá fazer o maior barulho no plenário e, se necessário, fará comício nas ruas contra a estabilidade.

"Se passar esta proposta eu fecho a minha empresa", ameaçou. Ao contrário de deputados até mesmo do PDS, como Osvaldo Bender, que admite a estabilidade, mas desde que regulamentada em lei ordinária, Luiz Roberto Ponte não concorda "com nada". Para ele, esta é a proposta do desemprego e que, ao contrário, o País precisa de aumentar a produção para que as pessoas possam ganhar mais.

Na questão da jornada de trabalho reduzida para 40 horas semanais, o deputado afirma que a proposta é anti-social. Ele argumenta que em países destruídos pela guerra, por exemplo, a jornada de trabalho foi aumentada e aqui, "um país pobre, com tudo por fazer, para se construir, querem reduzir. É a perpetuação da miséria".

AGENDA Constituinte

Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo: 10 horas reunião para discutir as emendas, no anexo II da Câmara.

Comissão de Organização do Estado: 15h, discussão sobre o anteprojeto da subcomissão dos Municípios e Regiões. Anexo II da Câmara.

Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: 15h, reunião para apresentação de emendas e discussão dos anteprojetos das três subcomissões. No anexo II da Câmara.

Comissão da Ordem Social: Não se reúne hoje.

Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e

Finanças: Volta a se reunir apenas na segunda-feira.

Comissão da Ordem Econômica: Estão convocadas reuniões às 10h e às 17h, na Comissão de Economia do Senado. No entanto, há poucas chances de quorum.

Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: 9h30m, reunião sem pauta definida. Na Ala Nilo Coelho (Senado).

Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: 17h, discussão do anteprojeto da subcomissão de Educação. Auditório Nereu Ramos da Câmara.

Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Polêmica de Gasparian e Serra domina discussão

A rivalidade entre os deputados José Serra e Fernando Gasparian, ambos do PMDB de São Paulo e rotulados como parlamentares progressistas, prosseguiu durante a primeira reunião da Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, realizada ontem. Apesar de a reunião, presidida pelo deputado e ex-Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, ter sido convocada para determinar o ritmo de trabalho da comissão, as diferenças entre Gasparian e Serra foram o destaque da tarde.

Inimigos declarados desde as eleições do ano passado, em decorrência de Serra ter realizado uma campanha milionária que roubou uma grande quantidade de votos de Gasparian justamente em redutos que considerava de sua propriedade, o confronto prosseguiu com este acusando seu companheiro de partido de estar trabalhando, em aliança com o Governo, para derrubar suas propostas.

Essas mesmas acusações que vêm sendo feitas por Gasparian desde as reuniões da Subcomissão do sistema Financeiro, da qual foi relator, transformaram-se nos dois últimos dias, em matéria paga publicada pelos jornais. Afinal, para Gasparian, Serra, agora relator da Comissão de Sistema Tributário e Finanças, está efetivamente empenhado em inviabilizar suas propostas, por considerá-las muito estatizantes para o sistema financeiro.

O novo ataque de Gasparian, no entanto, foi desferido contra Serra em sua ausência. O relator da Comissão, contudo, já tinha pleno conhecimento do teor das críticas. Na matéria publicada pelo O Estado de São Paulo e também pelo CORREIO BRAZILIENSE de ontem, sob o título "Dobradinha limita estatização", Dornelles e Serra são apontados como os responsáveis pela pressão feita para reduzir as intenções estatizantes de boa parte dos participantes das discussões.

Comissão da Organização do Estado

Richa considera texto longo e quer reduzi-lo

"Temos o dever de elaborar uma Constituição moderna e, para isto, ela deve ser sintética, a exemplo das Cartas norte-americana e do bloco europeu". Esta opinião do senador José Richa (PMDB-PR), relator da Comissão da Organização do Estado, serviu também para justificar declarações anteriores segundo as quais ele procuraria reduzir o número de artigos contidos nos três anteprojetos apresentados pelos relatores das Subcomissões dos Estados, da União, Distrito Federal e Territórios e dos Municípios e Regiões.

Ele tem um total de 98 artigos para analisar e sintetizar na primeira reunião, realizada ontem, com este objetivo, deixou claro aos membros da Comissão que eles "são longos demais" e que as disposições transitórias devem ter um encaimamento especial, "pois têm um prazo fixo de validade e não podem continuar eternamente como emendas". Retirá-las da

Constituição e encontrar uma forma técnica de transformá-las em lei complementar, ou outro instrumento, é uma das questões a ser resolvida nos próximos dias.

Fazem parte das disposições transitórias dos anteprojetos pelo menos duas das questões consideradas mais polêmicas desta Comissão: a criação dos seis novos estados-membros brasileiros e a transformação dos Territórios do Amapá e de Roraima em Estados, e o estabelecimento de eleições para governador, vice-governador e Assembléia Legislativa do Distrito Federal em 15 de novembro de 1988.

Ontem foram analisados os anteprojetos das Subcomissões dos Estados e da União, Distrito Federal e Território. Não há divisão entre progressistas e conservadores na análise das matérias. "Não há questão ideológica em jogo", afirma José Richa. "Temos que resolver aspectos técnicos, formas de viabilizar o disposto nos textos".

Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições

Garantir a constituição, mesmo que conservadora?

A possibilidade de a nova Constituição ser conservadora e não atender às aspirações da Nação levou integrantes da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições a manifestarem ontem seu temor quanto aos obstáculos a mudanças no futuro texto constitucional, previstos no anteprojeto da subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas. O próprio relator da comissão, deputado Nelson Friedrich (PMDB/PR), está apreensivo com dispositivo do anteprojeto segundo o qual a próxima Constituição não poderá ser reformada nem emendada até dois anos após sua promulgação, salvo se a decisão for tomada por quatro quintos dos membros do órgão proponente.

Embora considere que é muito cedo para se ter uma idéia de como será a nova Constituição, Friedrich começou a se preocupar com o assunto após constatar que "o que foi definido até agora, em muitas áreas, é assustador".

Durante a reunião de ontem, o deputado Paulo Delgado (PT/MG) advertiu para os riscos de se garantir uma Constituição retrógrada. Intervenção semelhante foi a do deputado Paulo Ramos (PMDB/RJ), para quem há a perspectiva de a nova Constituição não corresponder à expectativas da sociedade.

— Após a derrubada de alguns pareceres, começamos a nos preocupar. Porque foram aprovados itens que sequer observam a soberania nacional.